

AGRESSÃO AOS ÍNDIOS TUKANO

(Notas escritas pela antropóloga Dominique Buchillet, por solicitação do INESC)

No dia 9 de maio passado 123 índios Tukano, incluídas mulheres e crianças, foram expulsos de seu garimpo de ouro na Serra do Traira, área indígena Pari-Cachoeira III, região do Alto Rio Negro (AM), por 28 soldados do Comando Militar da Amazônia sob as alegações de contrabando de ouro, narcotráfico e de que a área de garimpo não era área indígena, mas sim, de segurança nacional. O fato foi denunciado por três líderes Tukano que chegaram em Brasília, no dia 27 de maio para pedir a reintegração do garimpo e a indenização pelos estragos feitos em seu território. Eles se sentem enganados e, para entender as razões deste sentimento, faz-se necessário recolocar a situação militar, decorrente da

por parte de garimpeiros e empresas mineradoras.

Em junho de 1986, os líderes Tukano, numa reunião com o general Bayma Denys - apontado pelo então presidente da FUNAI como responsável pela demora no processo de regularização fundiária da região - reivindicaram mais uma vez a demarcação de seu território tradicional. Reivindicação logo rechaçada pelo general por tratar-se de uma área indígena localizada na faixa de segurança nacional e por considerar que o "estado de aculturação" desses índios não justificava a criação de uma reserva indígena. Propôs-lhes então a demarcação de seu território na forma de Colônias Agrícolas Indígenas destinadas à exploração agro-

Colônias Indígenas (Pari-Cachoeira I, II e III, as duas primeiras destinadas à exploração agropecuária e a terceira ao extrativismo mineral dos índios) e 2 Florestas Nacionais. Essas últimas, embora apresentadas como destinadas a "amortecer o choque oriundo das diferenças culturais existentes na região entre os indígenas e a sociedade nacional" são, na realidade, segundo o artigo 5 do Código Florestal (Lei 6.771/65) áreas destinadas à exploração comercial dos recursos florísticos e minerais. Elas são, outrossim, incompatíveis com a ocupação indígena. No dia 23 de novembro de 1989 três Decretos Presidenciais (nºs 98.437, 98.438 e 98.439), homologaram a demarcação administrativa das Áreas Indígenas Pari-

contra os índios dentro da política de regularização fundiária empreendida no quadro do Projeto Calha Norte (PCN), na região de Pari-Cachoeira.

Em 1986, essa região foi escolhida pelo antigo Conselho de Segurança Nacional como campo de experimentação da política de redução territorial pelo PCN. A mobilização ativa dos Tukano para obter o reconhecimento legal de seu território, sua vontade de estabelecer um diálogo direto com o governo e participar de todas as decisões que pudessem afetar seu destino e a decisão de indo-

pecuária por índios aculturados e brancos, o que foi rechaçado pelos índios avessos à entrada de brancos no seu território.

Em 1987, ele propôs a criação de Colônias Indígenas que permitiriam ao Governo Federal trazer aos índios uma assistência técnica e econômica, apropriada à sua situação de índios aculturados, ao mesmo tempo garantindo-lhes a demarcação de um território próprio. Essas Colônias Indígenas seriam envolvidas por Florestas Nacionais das quais as comunidades indígenas explorariam os re-

Cachoeira I, II e III, que representam 25% do território que foi reconhecido aos índios pela FUNAI em 1986, sobre as quais os índios têm um "uso exclusivo". No mesmo dia o Decreto Presidencial nº 98.940, criava as Florestas Nacionais Pari-Cachoeira I e II sobre as quais os índios somente têm um "uso preferencial". É legítimo perguntar as motivações desta transformação das Colônias Indígenas em Áreas Indígenas enquanto que elas tinham constituído um dos pontos de negociação essenciais entre os líderes indígenas e o general Denys que

Buchillet Dominique

Agressao aos indios Tukano

Informativo, 1990, INESC, 4 (4), 7